



## Assistencialismo, "Burocracia" e Novo Sindicalismo:

1978-1989

Jorge Ventura de Morais\*

**Este artigo analisa o papel dos sindicatos na prestação dos serviços sociais aos seus afiliados, discutindo a tese da chamada "burocratização" do sindicalismo brasileiro e as relações existentes entre o assistencialismo e a militância sindical**

### Introdução

Apesar da pouca repercussão no Brasil, estudos sobre sindicatos enquanto organizações têm uma tradição firme nas ciências sociais, especialmente em sociologia e ciência política. Um dos primeiros e mais importantes estudos nesta área foi o Michels (1982). De

acordo com este autor, as organizações trabalhistas - sindicatos e partidos socialistas - surgiram no mundo moderno como forma dos trabalhadores defenderem seus direitos diante da burguesia detentora dos poderes político e econômico. No entanto, a necessidade de decisões rápidas e seguras fez com que se impusesse a necessidade de um corpo dirigente burocratizado, especializado, capacitado e centralizado na tomada de decisões. Diante dos ataques sistemáticos das forças conservadoras, os dirigentes sindicais e/ou partidários tiveram de reforçar suas organizações para protegê-las destes ataques, mesmo que para isso fosse necessário o abandono, ou antes, a transformação de idéias radicais em favor de idéias brandas e moderadas capazes de serem aceitas pela empregadores (Cf. Blau, 1975, p.471; Brym, 1980, p.35-36; Crouch, 1982, p.163-164; Linz, 1975, p.88). Ou seja, os dirigentes sindicais passaram a se preocupar mais com a manutenção da própria organização do que com os interesses dos trabalhadores. Neste sentido, há uma inversão de objetivos, isto é, os dirigentes lutam, quando muito, por objetivos de escasso interesse para os trabalhadores. Tal análise foi formalizada e sintetizada no que Michels chamou de a "lei de ferro da oligarquia" segundo a qual

\* Professor visitante do Departamento de Ciências Sociais e do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Este trabalho está baseado no capítulo III da tese de doutorado em Sociologia do autor, intitulada "New Unionism" and Union Politics in Pernambuco (Brazil) in the 1980's, defendida na London School of Economics em outubro de 1992.

há uma tendência inevitável para a oligarquização dentro dos sindicatos.

Por outro lado, autores marxistas também preocupados com a relação entre os trabalhadores e a efetividade de seus sindicatos têm tentado mostrar que há um descompasso entre as práticas dos dirigentes sindicais e os impulsos "verdadeiros" e reivindicações "genuínas" oriundos do local de trabalho. Isto é expresso por Hyman (1989, p.20-53) quando ele sugere que os sindicatos estariam interessados em manter a "paz estabelecida" permitindo assim o controle dos trabalhadores pelos gerentes. De acordo com Golden (1988, p.248), tal visão expressa o "pensamento comumente aceito acerca dos modernos sindicatos que...tende a concebê-los como instituições inerentemente conservadoras e, por extensão, os trabalhadores como instintivamente radicais".

Segundo esta corrente, os sindicatos modernos tomaram-se organizações burocratizadas preocupadas somente com a manutenção das relações trabalhistas institucionalizadas, o que se refletiria num descompasso entre os interesses e a luta dos trabalhadores, por um lado, e o desempenho efetivo dos sindicatos, por outro.

No Brasil, tal pensamento, ligeiramente modificado e adaptado, de uma e outra variante de teóricos da burocratização dos sindicatos, tem sido expresso no decorrer dos anos por militantes e dirigentes sindicais e diversos estudiosos do movimento sindical sem, no entanto, que o mesmo tenha sido sistematizado em trabalhos científicos. De fato, há uma crença generalizada

de que os sindicatos brasileiros tornaram-se burocratizados graças à imposição sobre eles de tarefas assistenciais por parte dos diversos governos e que isto provocou uma inversão de objetivos de tais organizações, ou seja, em lugar de lutar pelos "verdadeiros" interesses dos trabalhadores, os sindicatos detiveram-se na prestação de serviços assistenciais. Isto, por sua vez, levou à crença de que o aparato para prestação de serviços assistenciais influi negativamente no desempenho do sindicato em outras áreas, notadamente no que diz respeito a uma atuação mais militante.

Do ponto de vista histórico-sociológico, um dos principais aspectos da legislação implementada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 30 em relação à vida dos sindicatos social aos filiados foi reforçado pelos militares a partir de 1964. Assim, quando o *novo* sindicalismo emergiu, uma das principais críticas dirigidas ao papel dos sindicatos na vida nacional e aos dirigentes sindicais conservadores era de que os sindicatos haviam se tornado organizações "burocratizadas". Eduardo Luczinski, presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo em 1978 colocou o problema claramente:

"Se o sindicato é assistencialista, é porque o próprio dirigente sindical faz do sindicato um órgão assistencialista e não reivindicatório" (Escrita Ensaio, 1978, p.28)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> É importante enfatizar que o uso de termos tal como burocracia e burocratização no movimento sindical brasileiro não está exatamente relacionado com suas definições clássicas na sociologia de Max Weber e na

Assim, os *novos* sindicalistas propuseram medidas radicais tal como a abolição total dos serviços assistenciais do campo de atuação dos sindicatos. Entende-se que tais serviços são de responsabilidade do Estado.

Por outro lado, os *novos* sindicalistas também criticaram a *velha guarda* pelo fato de que aqueles dirigentes expressariam tendências oligárquicas na condução dos sindicatos, isto é, os dirigentes conservadores não expressavam qualquer preocupação em envolver os membros dos sindicatos na vida sindical. Segundo estes *novos* sindicalistas, os sindicatos brasileiros, sob a direção dos *pelegos*, haviam se tomado organizações "burocratizadas" e não-democráticas porque não assumiam nem lutavam pelos "verdadeiros" interesses dos trabalhadores. A crítica à orientação assistencialista da *velho* sindicalismo era de que, apesar do seu aparato organizacional, ele não contribuía para fortalecer as ligações entre os sindicatos e seus membros (Cf. Keck, 1989, p.256).

O próprio tamanho das "burocracias sindicais foi posto em cheque tal como expresso na tese de que um sindicato "burocratizado" seria sinônimo de apatia e ausência de militância, e vice-versa.

sociologia das organizações (Cf. Weber, 1982, p.229-282). Na verdade, tais termos são usados no sindicalismo brasileiro para se enfatizar o processo através do qual os sindicatos construíram seus aparatos para prestação de serviços assistenciais ou simplesmente para se referir à prática de certos sindicatos cujo perfil é eminentemente assistencialista.

Um terceiro aspecto desta relação diz respeito à contínua importância dos serviços assistenciais prestados pelos sindicatos brasileiros. Depois de mais de dez anos de *novo* sindicalismo, a maioria dos sindicatos continua a prestar assistência médico-odontológica e jurídica aos seus filiados.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a "burocracia" sindical em termos de seus serviços assistenciais e o relacionamento entre este aspecto da vida sindical e a tendência dos sindicatos a serem mais ou menos militantes com o intuito de testar se a tese que liga grau de militância ao tamanho da burocracia" tem apoio empírico na realidade do sindicalismo brasileiro dos anos 80. Esta análise será desenvolvida tendo em vista a tensão entre propostas radicais de acabar com serviços assistenciais prestados pelos sindicatos, a preocupação com um maior envolvimento dos filiados na vida sindical e a importância destes ser-

2 Ver neste mesmo número de *Escrita Ensaio* as contribuições de Lázaro A. Cruz, vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Valdecirio T. Veras, advogado dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Stº André, e Hugo Perez, presidente do Federação dos Urbanitários de São Paulo. Lula também expressou opinião semelhante em entrevista à revista *Cara a Cara*, N° 2, 1978. Em Pernambuco, em 1977, um grupo de trabalhadores da região metropolitana de Recife lançou um manifesto em que se afirma: "Nós queremos denunciar a farsa e o esvaziamento dos nossos sindicatos nos dias de hoje. Eles tornaram-se escritórios de assistência social para aposentados e atuam como se fossem o INPS".

viços para o conjunto dos filiados. Para tanto, utilizarei dados de pesquisa conduzida em 1990 em seis sindicatos urbanos do estado de Pernambuco, a saber: 1) Sindicato dos Urbanitários; 2) Sindicato dos Bancários; 3) Sindicato dos Metalúrgicos; 4) Sindicato dos Professores da rede particular (SINPRO); 5) Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados (SINDPD); e 6) Associação dos Professores da rede oficial (APENOPE). Tais sindicatos representam, além de setores econômicos diversos, as várias correntes político-sindicais existentes no Brasil, o que me permitirá uma visão comparativa de como o problema tem sido visto e enfrentado pelos sindicalistas.

## 2. A "Burocratização" dos Sindicatos no Brasil

A "burocratização" dos sindicatos no Brasil é um fenômeno do pós-30. Simão (1981, cap.4) mostrou, ao analisar o caso de São Paulo, que durante as primeiras três décadas deste século os sindicatos não haviam estabelecido qualquer "burocracia" formal. Isto deveu-se não somente à pequena escala dos serviços ou falta de recursos financeiros, mas principalmente devido a princípios ideológicos. Os anarquistas recusavam-se a aceitar o papel dos sindicatos enquanto organizações para prestação de serviços assistenciais. Eles acreditavam que tal papel provocaria um impacto negativo na mente dos trabalhadores desviando-os da verdadeira luta tendo em vista a derrocada final do capitalismo.

Somente com os decretos-lei N°

19.770 de 1931 e N° 24.694 de 1934, os quais foram incorporados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e que os sindicatos começaram a estabelecer suas "burocracias" (Simão, 1981, p.171). Antes de 1930, o trabalho nos sindicatos era feito por voluntários. Com o novo sistema estabelecido pelos decretos referidos acima os sindicatos puderam então empregar pessoas assalariadas para cuidar da nascente "burocracia" decorrente da crescente quantidade de tarefas que lhes foram impostas pelo Estado. Ou seja, a "burocratização" dos sindicatos no Brasil não foi o resultado de uma organização planejada para tratar das reivindicações vindas da base (Martins, 1979, p. 163), ou a necessidade de "descobrir e organizar informações, planejar estratégias, etc." (Crouch, 1982, p.162), ou a necessidade de supervisionar o cumprimento de acordos coletivos (Clegg, 1976), ou, por fim, a necessidade de se ter uma burocracia tecnicamente competente para se enfrentar a classe dominante (Michels, 1982). Na verdade, a principal razão foi o papel dominante do Estado ao regular cada aspecto da vida sindical assim como o número crescente de tarefas que os sindicatos tinham de empreender em termos de assistência social.

Por outro lado, os militares enfatizaram este aspecto "burocrático" da vida sindical. De acordo com Martins (1979,p.1 15-116), ao lado das já tradicionais funções de prestar assistência médica, hospitalar e farmacêutica, os militares adicionaram novas funções as quais exacerbaram o caráter "burocrático" dos sindicatos e o papel gerencial dos seus dirigentes (Cf. Alves, 1984, p.81; Alves 1989,p.43;Keck,

1989, p.256-257; Löwy, 1987, p.461; e Moisés, 1979, p.55).

Ao longo dos anos, a maioria dos sindicatos estabeleceu uma razoável infra-estrutura para prestar assistência social aos seus filiados, pois serviços assistenciais que deveriam estar na esfera do Estado foram transferidos para estas organizações. Mesmo para sindicatos dirigidos por *novos* líderes têm sido difícil esquivar-se de tal papel. Parece que a má qualidade do serviços públicos de saúde tem forçado os dirigentes sindicais a manter tais serviços (Cf. Sader, 1988, p.280-282; e Humphrey, 1979, p.77).

### *3. Os Serviços Sociais nos Sindicatos Urbanos de Pernambuco*

A maioria dos sindicatos que são objeto desta investigação emprega ou mantém convênios com certos profissionais para a prestação de assistência social, jurídica e médica aos seus filiados. Alguns destes sindicatos foram conquistados por jovens militantes representantes do que se convencionou chamar de *novo* sindicalismo. Estes militantes descobriram, ao tomar posse, na maioria dos casos, que eles haviam herdado grandes aparatos para prestação de serviços assistenciais. Assim, mesmo desejando enfatizar o papel dos sindicatos como qualquer outra coisa que não aquele de escritório jurídico e/ou consultório médico, eles não têm podido se livrar de tal imagem devido à escala do aparato para a prestação de serviços assistenciais. Veja tab. pág seguinte.

O que eles têm conseguido fazer é uma tentativa de conciliar uma ati-

tude radical com a manutenção dos serviços assistenciais. Eles compreendem que depois de 50 anos é difícil acabar com tais serviços. De acordo com dados à disposição dos sindicatos, parece que a maioria dos trabalhadores filiam-se aos sindicatos para ter acesso aos serviços assistenciais prestados pelos sindicatos. Pois, com exceção do SINDPD, pelas razões expostas abaixo, em todos os sindicatos a necessidade de assistência médica está entre as três principais razões pelas quais os trabalhadores associados vão aos seus sindicatos (CEAS/FUNDAJ, 1989).

Este ponto é enfatizado por um dirigente sindical. Em 1985, o Sindicato dos Metalúrgicos estava enfrentando dificuldades por causa do montante de dinheiro destinado aos serviços assistenciais. Os dirigentes do sindicato decidiram, então, conduzir uma pesquisa para saber se os filiados apoiariam a diminuição do aparato para prestação de serviços assistenciais.

"Nós fizemos uma pesquisa. Infelizmente, o resultado mostrou que mais de 90% dos filiados era contra qualquer mudança nesta área. Na verdade, eles queriam melhoras na assistência social. Diante desta situação - 90% é um número alto, né? - a gente não podia, de modo nenhum, desconsiderar o resultado. Não havia jeito! Mesmo considerando a proposta do movimento sindical que é acabar com o assistencialismo, a gente compreendeu que o momento para isto está distante. A gente não tem meios de acabar com estes serviços. Se a gente quisesse matar o movimento [sindical] a gente tinha somente de acabar com estes serviços, porque a gente não teria mais nenhum membro nem dinheiro para outras

**Tabela 1. Razões pelas quais os afiliados freqüentam a sede sindical, de acordo com os dirigentes**

Sindicatos	SINPRO	APENOPE	SINDICATO DOS URBANITÁRIOS	SINDICATO DOS METALÚRGICOS	SINDICATO DOS BANCÁRIOS	SINDPD
Assistência medica-odontol.	1 razão	3 razão	2 razão	1 razão	1 razão	
Assistência legal	2 razão		3 razão	3 razão	2 razão	1 razão
Participação em encontros		2 razão				
Participação em Assembléias		1 razão				
Reclamações acerca das condições de trabalho			1 razão	2 razão	3 razão	2 razão

**Fonte: CEAS/FUNDAJ**

coisas. Por que acabar com estes serviços se a gente poderia ferir o sindicato?" (Entrevista, 16/10/1987).

O espectro de atitudes dos dirigentes sindicais em relação à importância deste aparato varia de acordo com sua ideologia, isto é, suas atitudes dependem de sua visão de qual é a função dos sindicatos na sociedade (Cf. Alves, 1984, p.85). Sindicalistas ligados à esquerda tendem a ser críticos acerca das funções assistenciais assumidas pelos sindicatos. Eles entendem que os sindicatos deveriam tão somente exercer a função de representantes dos trabalhadores durante negociações e greves e como um meio de organizar politicamente os trabalhadores (Cf. Keck, 1984, p.28). Por outro lado, sindicalistas conservadores enfatizam o papel dos sindicatos enquanto prestadores de serviços assistenciais e, como estabelecido nas leis trabalhistas, mediadores de conflitos trabalhistas entre empregados e empregadores.

A escala dos serviços assistenciais dos sindicatos aqui investigados é diversificada. Alguns têm um gran-

de aparato com dúzias de profissionais enquanto outros têm um número reduzido de empregados e um pequeno contingente de médicos e/ou advogados. Estas são posições extremas que estão relacionadas principalmente com o tipo de atividade que os sindicatos deveriam exercer, de acordo com os dirigentes sindicais, como sugerido acima.

Deve-se ter cautela na interpretação da tabela acima. A primeira vista, poder-se-ia pensar que existem somente dois casos, isto é, o caso daqueles sindicatos que favorecem a prestação de serviços assistenciais e mantêm um grande número de empregados, e outro dos sindicatos que se opõem a qualquer espécie de assistencialismo. No entanto, tendo em vista os tipos de divisões ideológicas entre os dirigentes sindicais em termos de abordagem em relação à existência de serviços sociais dentro dos sindicatos como sugerido acima e por Alves (1984, p.85), eu sugeriria que existem quatro casos, a saber: 1) aquele representado pelo Sindicato dos Bancários; 2) aquele representado pelos Sindicatos dos Metalúrgicos e

Tabela 2 Número de profissionais por sindicato

Empregados	Empregado burocracia			Outros profissionais				
		Médicos	Dentistas	Advogados	Professores	Enfermeiras	Barbeiros	Bioquímicos
SINPRO	11							
Snd. dos Metalúrg.	34	12	4	4		1		
Snd. dos Urbanitários	39	4	6	4			2	1
Sindicato dos Bancários	68	19	18	7	8			
APENOPE	2	1		1				
SINDPD	4							

Fonte CFAS/FUNDAJ (Dados de questionário 1986)

dos Urbanitários; 3) aquele representado pelo SINPRO e APENOPE; e, finalmente, 4) aquele representado pelo SINDPD.

### *3.1 O Caso do Sindicato dos Bancários*

Este sindicato foi fundado em 1931 e, em 1964, sofreu intervenção e seus diretores foram substituídos por sindicalistas leais aos militares. Os dirigentes nomeados implementaram os planos dos militares em relação aos sindicatos, isto é, o fortalecimento da função de prestação de serviços assistenciais pelos sindicatos.

A partir de então este grupo enfatizou o papel do sindicato como uma organização para prestar assistência social e médica aos seus filiados. Estes dirigentes sindicais construíram a maior infra-estrutura sindical para prestação de assistência médica e social em Pernambuco. Assim, através dos serviços sociais deste sindicato, os bancários sindicalizados puderam ter acesso a muito do que não era oferecido pelo Estado em termos de saúde. Estes sindicalistas também construíram um grande parque de recreio no campo. Em resumo, até 1988, ano em que os dirigentes conservadores foram derrotados por uma chapa ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal função deste sindicato era a prestação de serviços assistenciais. Os dados coletados mostram que, durante o período de 1964 até 1988, a maioria das notícias publicadas no jornal deste sindicato referia-se à assistência social.

Em 1986, além dos profissionais

empregados pelo sindicato, como mostrado na tabela 2, vários convênios eram mantidos com laboratórios médicos, escolas, oftalmologistas e diversos hospitais para assistência dos filiados, formando uma poderosa cadeia de serviços de assistência social (CEAS/FUNDAJ, 1989).

Em 1986, este sindicato empregava um razoável número de pessoas para cuidar deste aparato. Tendo em vista o tamanho relativamente grande deste aparato, seus diretores tinham de gastar a maior parte do tempo com problemas gerenciais. Em outras palavras, eles tinham de gastar mais tempo como gerentes para administrar o sindicato do que como sindicalistas, entendido tal papel como dirigentes que organizam os filiados e que tratam com problemas que aparecem nos locais de trabalho. Como o sindicato não tinha um administrador profissional para gerenciá-lo, os próprios dirigentes tinham de assumir as tarefas inerentes a tal função.

De 1964 a 1988, este sindicato atuou, quase que exclusivamente, como uma organização para prestar uma variedade de serviços assistenciais - desde uma escola até clube de campo - aos seus filiados. Na verdade, a análise do discurso de seus dirigentes durante este tempo revela que eles enfatizavam tal aspecto da vida sindical. Por exemplo, em 1981, durante o dia nacional dos bancários, o presidente do sindicato lançou uma mensagem para todos os bancários na qual enfatizava o fato de que o sindicato não tinha quais-

**3 Sobre o papel do dirigente sindical como gerente, ver Martins (1979, p.163-181).**



quer vínculos com grupos ou partidos políticos, "pois nosso único objetivo é melhorar as condições de vida dos trabalhadores", e que os dirigentes do sindicato estavam trabalhando muito para aumentar a qualidade dos serviços sócio-médicos (Cf. *O Defensor*, agosto 1981). Durante as campanhas eleitorais no sindicato, eles costumavam enfatizar aspectos tais como a construção de novos consultórios médicos e outros serviços sociais (*Jornal do Comércio*, 28/06/79).

Se se observa o conteúdo de alguns números do jornal deste sindicato, o pesquisador encontrará uma grande ênfase nos serviços sócio-médicos oferecidos pelo sindicato. Manchetes no jornal enfatizavam os feitos do sindicato em termos dos novos serviços oferecidos aos filiados<sup>4</sup>. Em 1981, este sindicato completou cinquenta anos de existência e um certo número de pequenos artigos foram publicados em cada número do seu jornal naquele ano para celebrar tal evento. Como previsto a partir da descrição feita até agora, o que se celebrou em termos de principais feitos durante cinquenta anos foram os serviços sócio-médicos que o sindicato havia implantado até então. De acordo com um artigo (*O Defensor*, setembro 1981)<sup>5</sup>, o serviço odontológico do sindicato havia sido criado em 1941. O artigo conclui dizendo que, em 1981, centenas de bancários e seus dependentes tinham usado tais serviços.

#### Juntamente com os serviços médi-

4 Esta análise refere-se aos números publicados no período entre 1980 e 1988. Costumava haver uma página inteira informando os filiados acerca de cada serviço prestado em termos de médicos com especialização em diversas áreas.

cos, o serviço de assistência jurídica era apresentado como o mais importante na estrutura do sindicato. A ação deste sindicato não se restringia, naturalmente, somente à prestação de serviços assistenciais aos seus filiados. Pode-se encontrar algumas denúncias acerca de alguns bancos que não cumpriam as leis trabalhistas ao não pagar horas extras, ou mesmo notícias sobre a assinatura de novos acordos salariais. No entanto, estes dirigentes sindicais costumavam enfatizar tão somente os meios jurídicos para tratar com tais problemas. Não havia qualquer tentativa de organizar os trabalhadores para greves ou qualquer outro tipo de ação que envolvesse os filiados numa ação coletiva para protestar contra as condições impostas pelos banqueiros sobre os bancários. Os meios para se combater o descumprimento da lei restringiam-se a denunciar os bancos através do jornal do sindicato e/ou através de cartas para a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Neste caso, os advogados do sindicato exerciam o papel principal ao tratar com as diversas reclamações vindas dos filiados acerca do descumprimento da lei por parte dos banqueiros. Por outro lado, disputas acerca de aumentos salariais eram tratados como uma sim-

5 Ver também entrevista com o diretor de assistência médica e social neste mesmo número. Ele afirma que a importância de tais serviços é porque os bancários tinham acesso direto a um bom serviço de saúde em um país onde a qualidade dos serviços públicos de saúde é baixa e os serviços de hospitais privados são muito caros para os trabalhadores que recebem salários tão baixos (Cf. entrevista do presidente do sindicato sobre este mesmo aspecto no *Diário de Pernambuco*, 05/08/92).

ples disputa jurídica. Disputas durante a assinatura de um novo acordo salarial eram levadas ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) sem nenhuma mobilização da categoria (Ver *O Defensor*, maio; junho; julho; agosto; e setembro 1981).

Em 1982 um dos representantes da ala mais conservadora do sindicato abandonou a vida sindical devido à pressão de dirigentes menos conservadores. Os dirigentes conservadores que permaneceram no poder tentaram implementar uma ação mais militante no sindicato. Por exemplo, casos de descumprimento das leis trabalhistas começaram a ser levados ao TRT e procurou-se divulgar mais as campanhas salariais e os seus respectivos processos no TRT. No entanto, apesar de todas essas mudanças implementadas pelos dirigentes conservadores com relação aos conflitos trabalhistas, os dados existentes em relação a este sindicato indicam que o caso de sindicatos voltando-se para os tribunais do trabalho em lugar de apelar ao governo como um mediador "neutro" não significa necessariamente um papel mais militante. Neste caso, os dirigentes passaram a usar crescentemente os canais jurídicos sem modificar, no entanto, seu relacionamento com a categoria.

A atitude política descrita acima revela uma visão específica acerca do papel a ser exercido pelo sindicato na sociedade, isto é, aquele de "abafar" conflitos trabalhistas atuando como um mediador entre empregados e empregadores e prestador de assistência social aos trabalhadores.

Em 1986, o quadro médico deste sindicato era maior do que o qua-

dro médico de pequenas cidades de Pernambuco e seu quadro "burocrático" era maior do que o quadro de funcionários de algumas filiais de bancos. Quando militantes de esquerda assumiram o poder neste sindicato em 1988 o que eles herdaram foi um grande aparato "burocrático" necessitando de gerenciamento. Desde 1979 eles tinham estado criticando os dirigentes conservadores ao dizer que as funções do sindicato deveriam ser: organizar politicamente os trabalhadores, lutar por melhores salários e condições de trabalho, e ser representante dos trabalhadores em vez de mediador durante conflitos trabalhistas. No entanto, este caso ilustra bem o fato de que tem sido difícil acabar com tais serviços.

Como afirma um delegado sindical: "Quando nós assumimos o sindicato [em 1988] nós encontramos uma estrutura de serviços assistenciais maior do que em qualquer outro sindicato [de Pernambuco]. No entanto, nós não podemos acabar repentinamente com esta estrutura, nós temos ainda de mantê-la e isto é uma coisa que absorve quase 100% dos nossos recursos financeiros. Quando se investe em assistencialismo não se tem recursos para maiores investimentos na organização dos trabalhadores tal como, por exemplo, um jornal sindical publicado mais frequentemente" (Entrevista, 22/10/1990).

Assim, o único caminho possível para os *novos* sindicalistas tem sido manter os serviços assistenciais e, ao mesmo tempo, tentar implementar um padrão mais militante de ação política.

### 3.2 O Caso dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Urbanitários

Deve-se notar inicialmente que o caso destes sindicatos ilustra um outro caminho. Este caso é similar ao caso do Sindicato dos Bancários a partir de 1988 quando ele passou a ser dirigido por militantes de esquerda. No entanto, como estes sindicatos têm sido dirigidos por *novos* sindicalistas desde o início dos anos 80, é importante analisá-los de modo a se ter uma perspectiva histórico-sociológica mais abrangente.

Ambos os sindicatos foram dirigidos por sindicalistas conservadores no período pós-64. Eles estabeleceram um considerável aparato para prestação de serviços assistenciais e empregavam um razoável número de pessoas nesta área. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos, este aparato foi estabelecido tendo em vista uma força de trabalho que tem acesso tão somente ao serviço público de saúde, pois os salários neste setor, em Pernambuco, tradicionalmente são baixos, o que não permite aos trabalhadores acesso a serviços de saúde privados. Assim, além dos profissionais empregados pelo sindicato (ver tabela 2), ele mantinha convênios com um oftalmologista e um laboratório médico<sup>6</sup>. De acordo com um diretor do sindicato (CEAS/FUNDAJ, dados de questionário, 1986), este aparato era necessário por causa do baixo nível de assistência prestada pelo serviço nacional de saúde (Cf. Keck, 1989, p.283-284). No caso do Sindicato dos Urbanitários, um grande aparato assistencial também foi estabelecido apesar dos convênios

mantidos pelas empresas do setor com médicos e hospitais para atendimento de sua força de trabalho.

Os *novos* dirigentes eleitos em 1980 (urbanitários) e em 1981 (metalúrgicos) tinham um projeto político claro. Os sindicatos deveriam evitar qualquer atuação conservadora. Estes *novos* sindicalistas criticavam com frequência a *velha guarda* por sua postura submissa diante do Estado e dos empregadores. De acordo com eles, a *velha guarda* havia seguido a CLT estritamente e transformado os sindicatos em consultórios médicos e jurídicos. No entanto, tal como no caso do Sindicato dos Bancários depois de 1988, eles não conseguiram ainda acabar com o assistencialismo dentro de seus sindicatos (Cf. Souza, 1981). Segundo a avaliação destes sindicalistas seria difícil aumentar ou mesmo manter o número de filiados se tais serviços fossem fechados<sup>7</sup>. Seria difícil para eles convencer os trabalhadores acerca de que funções o sindicato deveria exercer em períodos sem disputas trabalhistas. Em outras palavras, os sindicatos têm de manter atividades du-

6 De acordo com dados do Sindicato dos Metalúrgicos, cerca de 35.000 pessoas foram atendidas pelos médicos do sindicato em 1985 (CEAS/FUNDAJ, 1989). Estedado é confirmado por um diretor do sindicato:

"Nossa clínica atendeu 35.000 pessoas em 1985; em 1986, ela atendeu mais de 36.000, isto é, um aumento de 1.085 pessoas; e em 1987, em somente seis meses nós já atendemos exatamente 21.875 pessoas" (Entrevista, 16/10/1987).

7 Para um ponto de vista similar com relação ao Brasil como um todo, ver Gonçalves (1984, p.30).

rante os intervalos das lutas sindicais, o que se traduz na manutenção dos serviços assistenciais. No entanto, eu sugeriria que tal atitude ao manter os serviços assistenciais funcionando tem um significado que não está restrito a um cálculo puramente político. Por cálculo puramente político eu quero expressar a estratégia pela qual estes *novos* sindicalistas manteriam tais serviços somente por medo de afastar potenciais filiados ou os já existentes. Não nego que isto está implícito no raciocínio de alguns sindicalistas. No entanto, eu sugiro que tal atitude também revela uma outra face do *novo* sindicalismo, vale dizer: a tentativa de responder positivamente às demandas dos filiados mesmo quando os *novos* sindicalistas não concordam com tais demandas. Isto é ilustrado pelo caso do Sindicato dos Metalúrgicos. Em 1981, quando militantes ligados ao *novo* sindicalismo estavam fazendo campanha para a eleição sindical daquele ano, eles fizeram um pesquisa informal entre um contingente razoável de trabalhadores de diversas fábricas para saber o que eles desejavam ver num programa de ação verdadeiro" para o sindicato. Serviços médicos e uma clínica estavam quase no topo da lista:

Os militantes do Sindicato dos Metalúrgicos ligados ao *novo* sindicalismo são contrários ao papel assistencialista dos sindicatos (Cf. *Zé Ferrugem Especial*, 1981; e *Resoluções do Congresso dos Metalúrgicos de Pernambuco*, 1985, Resolução N° 30). No entanto, eles integraram a prestação de serviços assistenciais no seu manifesto (Cf. panfleto eleitoral *Saiu a Chapa Zé Ferrugem*, 1981). Como tem sido argüido até aqui, os *novos*

Tab.3

O que deve ser feito pelo sindicato dos metalúrgicos? (Em%)

Lutar por Melhores Salários	80.5
Manter uma Boa Clínica	45.8
Dar Oportunidade à Categoria de se Reunir e Discutir Problemas e Achar Soluções	41.9
Representar os Trabalhadores no Local de Trabalho	39.4
Promover Cursos Profissionais	31.0
Ter Bons Advogados	23.8
Promover Cursos Sobre Assuntos Sindicais	21.2
Construir um Clube de Campo	11.2
Criar um Departamento de Lazer e Esportes	9.5

FONTE: Zé Ferrugem Especial, 1981.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Pediu-se aos entrevistados que nomeassem três escolhas.

tem sido argüido até aqui, os *novos* sindicalistas, em geral, têm uma visão radical da sociedade e das relações de trabalho. No entanto, esta visão radical das relações de trabalho incorpora também a idéia de um novo relacionamento entre o sindicato e a categoria em geral, e os filiados, em particular. Este novo relacionamento significa que o sindicato tem de representar propriamente os filiados e tem de levar em conta o que eles reivindicam. Assim, eu sugeriria que uma importante diferença em relação à *velha guarda* sindical está no fato de que os *novos* sindicalistas não mais enfatizam o lado assistencialista dos sindicatos, mas aquele de um verdadeiro representante dos trabalhadores. O que eles têm conseguido fazer e tentar combinar militância com assistência social, pois comumente os sindicatos oferecem melhores serviços do que aqueles prestados pelos serviços públicos de saúde. Isto significa que a maioria dos trabalhadores seria contra quaisquer mudanças no sentido de diminuir ou acabar tais serviços especialmente, aqueles que não podem pagar serviços privados de saúde ou jurídicos (*O Metalúrgico*, sem indicação de mês, 1984).

A análise do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos revela que seus diretores têm enfatizado outros aspectos do mundo do trabalho se comparado com o caso do Sindicato dos Bancários até 1988. Uma pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro (1988) mostra que há pouca ênfase em assistencialismo no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos. A maioria das notícias diz respeito a novas formas de organização nas fábricas, disputas salariais, greves, políticas do governo federal e desem-

prego. Na verdade, há somente um número do jornal sindical onde se enfatiza os serviços assistenciais. Durante a campanha eleitoral de 1984 no sindicato, os diretores publicaram um número especial do jornal sindical no qual eles apresentam suas principais realizações. Há um item acerca da assistência jurídica e um item acerca do serviço médico-odontológico mantido pelo sindicato. No entanto, os principais aspectos enfatizados por eles dizem respeito a disputas políticas assumidas pelo sindicato durante o primeiro mandato (1981-84) dos *novos* sindicalistas (*O Metalúrgico*, sem indicação de mês, 1984).

Diferentemente da experiência do Sindicato dos Bancários até 1988, disputas trabalhistas não têm sido tratadas somente como um assunto jurídico. Descobre-se a partir da análise do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos que a ênfase centra-se na organização política dos trabalhadores no sentido de lutar por melhores acordos salariais e/ou condições de trabalho.

Há igualmente pouca ênfase sobre assistencialismo no jornal do Sindicato dos Urbanitários. Na verdade, os diretores deste sindicato têm enfatizado a organização dos trabalhadores no sentido de lutar por aumentos salariais. Ou seja, eles têm enfatizado um papel mais militante que o sindicato, juntamente com os trabalhadores, deve exercer nas relações de trabalho. Como dito acima, a análise do jornal deste sindicato revela que ele continua a manter alguns tipos de assistência social tal como, por exemplo, alguns cursos de curta duração para os filiados e seus dependentes, e bolsas de estudo para os filhos dos filiados foram mantidos (*O Eletricitário*, fevereiro 1981), en-

quanto os serviços médico e de assistência jurídica foram melhorados. Isto é uma evidência a mais em apoio a minha sugestão de que, apesar do radicalismo apresentado pelo *novo* sindicalismo, os *novos* dirigentes têm tentado responder positivamente aos interesses expressos dos filiados. Dados de um relatório (CEAS, 1986, p.15 e 43) sugerem que a maioria dos filiados deste sindicato, tanto na capital do estado quanto no interior, vão à sede sindical à procura de algum tipo de assistência médica e/ou odontológica, o que dá maior apoio às conclusões de outro estudo sobre este sindicato (Cf. CEAS/FUNDAJ, dados de questionário, 1986. Ver tabela 1).

Naturalmente, este tipo de evidência por si só não mostra que os serviços de assistência sócio-médica são a única razão pela qual os trabalhadores se filiam aos sindicatos. No entanto, ela parece indicar que tais serviços têm um grande peso na decisão de um trabalhador se filiar ou não ao sindicato de sua categoria. Se se toma estes indicadores com relação às principais razões pelas quais os filiados vão à sede sindical juntamente com o testemunho dos próprios diretores sindicais e, mais importante, o fato concreto de que, depois de mais de uma década de *novo* sindicalismo, os sindicatos não conseguiram acabar com o assistencialismo, parece razoável dizer que os serviços sócio-médicos são um incentivo a mais para os trabalhadores se filiarem aos sindicatos tal como sugerido pela experiência de todos os sindicatos aqui analisados, com exceção do SINDPD.

Além dos profissionais empregados pelo Sindicato dos Urbanitários,

este sindicato mantinha certos convênios para dar aos filiados um maior número de opções (*O Eletricitário*, junho 1981)<sup>9</sup> e os diretores chegaram a reconstruir o interior da sede sindical para prestar melhor assistência social porque a demanda estava crescendo e a sede era inadequada para atender aqueles desejando usar tais serviços (*O Eletricitário*, março 1986).

### 3.3. O Caso do SINPRO e da APENOPE

Enquanto a APENOPE começou a ser dirigida por militantes de esquerda em 1979, o SINPRO tem sido dirigido por várias alianças de diferentes correntes políticas desde 1982. Primeiro, por uma aliança de dirigentes conservadores com militantes ligados ao ex-PCB; em 1985, estes militantes comunistas assumiram o poder sozinhos. No entanto, naquele mesmo ano foram substituídos por trotskistas num processo confuso durante uma assembleia geral. Mais tarde, os comunistas retornaram e juntaram-se às outras facções em uma aliança liderada pelos trotskistas. Diferentemente dos dois casos descritos acima, a *velha guarda* destas duas organizações não estabeleceu um grande aparato de serviços assistenciais. Em ambos os casos, pode-se supor que dificuldades financeiras foram o principal obstáculo. Assim, os *novos* sindicalistas não

<sup>9</sup> Neste número do jornal há uma pequena nota na qual, depois de algumas reclamações de alguns filiados, os diretores do sindicato reconhecem que os serviços médicos não eram tão bons. Eles explicaram que isto era devido à má situação financeira e à situação física da sede do sindicato.

herdaram um grande aparato sindical quando assumiram o poder nestas duas organizações.

Supostamente, os *novos* dirigentes do SINPRO e da APENOPE opõem-se ao papel dos sindicatos enquanto uma mera agência prestadora de serviços assistenciais. De fato, desde que assumiram o poder em suas organizações eles têm sido considerados como sindicalistas militantes e *autênticos*. No entanto, apesar da pequena dimensão dos serviços assistenciais de seus sindicatos, também eles têm mantido os serviços assistenciais.

Este ponto é corroborado pela análise do jornal da APENOPE. Apesar de seus diretores enfatizarem o papel militante que a associação deveria exercer, pode-se encontrar algumas notícias sobre convênios assinados com o intuito de prestar mais assistência social aos seus filiados (Cf. *Boletim Informativo APENOPE*, janeiro-março; e junho-setembro 1986). A APENOPE enfrentou tempos difíceis no final dos anos 70 e início dos 80 quando teve de enfrentar a perseguição política do governo estadual (*Boletim Informativo APENOPE*, agosto; e novembro 1981). A atitude do governo estadual para com a APENOPE fez com que muitos membros se desfiliassem ou simplesmente a abandonassem. Além disso, como a APENOPE não era um sindicato tal como definido pela CLT, ela não tinha direito a uma parcela do imposto sindical. Assim, esta associação não estava hábil a prestar, pelo menos, uma razoável assistência social aos seus filiados. Por outro lado, o jornal da APENOPE mostra que os diretores desta associação tem enfatizado um papel mais militante em termos de reivindicar melhores salários e

condições de trabalho. Tem havido uma luta contínua para se evitar os efeitos da alta inflação sobre os salários. Outro tema importante que tem estado presente na lista de reivindicações é a qualidade do ensino básico a cargo tanto do governo estadual quanto do federal.

Os diversos jornais publicados pelas diferentes correntes políticas atuando no SINPRO também revelam uma tendência para um papel mais militante. Um desses grupos, ainda na oposição, ao analisar o papel que os sindicatos deveriam exercer na sociedade, diz que tais organizações deveriam lutar contra o imposto sindical porque ele significava o controle direto do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e que

"Nós acreditamos em sindicatos como organizações dedicadas a lutar [por seus membros] e não para ser entidades filantrópicas. Nós devemos exigir que o INPS preste assistência médica e odontológica. Com a extinção do imposto sindical e de sua estrutura nós estaremos minando as bases do populismo, do empreguismo e do "eleguismo" (*Desatrelar*, novembro 1979).

Mais tarde, este grupo, já dirigindo o sindicato, elaborou uma proposta para que o SINPRO se tornasse financeiramente independente (*Quadro e Giz*, setembro 1988). No entanto, ao mesmo tempo, existem dados que mostram que este sindicato mantinha convênios com médicos, dentistas e farmácias para prestação de serviços assistenciais aos seus filiados (Cf., entre outros, *Boletim Sindical*, maio 1981; e *A Classe*, agosto 1983). Como este sindicato não empregava profissionais na área médico-odontológica

tais convênios possibilitavam aos filiados acesso aos serviços prestados por estes profissionais (CEAS/FUNDAJ, dados de questionário, 1986).

### 3.4. O Caso do SINDPD

Finalmente, este sindicato representa um caso extremo no qual não se presta qualquer tipo de assistência sócio-médica. Este sindicato, diferentemente dos outros sindicatos aqui analisados, foi fundado em 1985 quando o ciclo de governos militares já tinha chegado ao fim.

O grupo que tem dirigido o sindicato é ligado à CUT. Como previsto, eles não aceitam o papel dos sindicatos enquanto prestadores de assistência sócio-médica. Assim, estes sindicalistas têm procurado fazer com que o SINDPD exerça atividades que impliquem tão somente a organização dos trabalhadores para reivindicações, campa-

Tab.4 Convênios mantidos pelos sindicatos					
Convênios Sindicatos	Médico	Odontológico	Assistência Médica	Educacional	Laboratório de análise clínica
SINPRO	sim	sim	não	não	não
Sindicato dos Metalúrgicos	sim	não	não	não	sim
Sindicato dos Urbanitários	sim	sim	não	não	sim
Sindicato dos Bancários	sim	não	não	sim	sim
APENOPE	sim	sim	não	não	não
SINDPD	não	não	sim	não	não
Fonte: CEAS/FUNDAJ 1986 Dados de Questionário					



Tab.5 Número de reclamações acerca de problemas de saúde e segurança à DRT				
Ano	1986	1987	1988	1989
Sindicato dos Metalúrgicos	21	46	39	19
Sindicato dos Bancários*	0	0	9	3
SINDPD**	0	5	2	0
Sindicato dos Urbanitários	4	7	5	2
SINPRO	3	6	3	0
APENOPE***	0	0	0	0
Fonte: DRT/Depto de Medicina e Segurança				

de seu status jurídico. O único serviço de assistência social mantido pelo SINDPD é a assistência jurídica. No entanto, este setor trata somente com casos trabalhistas. Em outros sindicatos é muito comum que seus advogados cuidem de qualquer questão jurídica que vão desde questões trabalhistas até divórcios e ofensas civis e criminais por ventura cometidas por algum dos seus filiados. Os diretores do SINDPD optaram por manter um serviço de assistência jurídica para tratar somente de problemas que possam surgir nos locais de trabalho e/ou relacionados com a negociação coletiva e acordos salariais (*Boletim APPD-PE*, 17/05/1982; e entrevista, 27/09/

nhas e acordos, e greves.

(\*) Este sindicato não apresenta denúncias oficiais, mas sim cronogramas para supervisão conjunta com o Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

(\*\*) Este sindicato não apresenta denúncias oficiais, mas sim cronogramas para supervisão conjunta com o Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

(\*\*\*) Esta associação não podia formalmente apresentar denúncias contra descumprimentos das leis trabalhistas ao Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho ou solicitar inspeções acerca de saúde e segurança no trabalho por causa

1990).  
Um diretor deste sindicato afirma o seguinte:

"Em alguns estados os sindicatos de processadores de dados mantêm convênios de assistência médica. No entanto, nós não mantemos qualquer espécie de assistencialismo. Nós temos alguns advogados que cuidam estritamente de problemas trabalhistas e reivindicações, e nós trabalhamos juntamente com especialistas da área de saúde para detectar doenças decorrentes do processo de trabalho" (Entrevista, 24/08/1990).

Isto significa que eles têm tentado evitar aquela imagem do sindicato como um consultório médico e jurídico. Por outro lado, isto não significa que eles têm uma visão estritamente jurídica dos problemas trabalhistas tal como a *velha guarda* do Sindicato dos Bancários. Ao contrário. Este serviço é visto como um dos meios que o sindicato tem para alcançar suas demandas quando em disputas com os empregadores.

Eles têm conseguido implementar um modelo de sindicalismo no qual os sindicatos exercem somente a função de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho. No entanto, isto não significa que estes sindicalistas não estão preocupados com problemas de saúde entre os profissionais de processamento de dados. Na verdade, eles têm promovido vários seminários sobre as doenças ocupacionais que afetam os trabalhadores nesta área. Além disso, eles têm trabalhado juntamente com outros sindicatos de processadores de dados do país no sentido de detectar novas doenças ocupacionais que venham a aparecer nesta área<sup>10</sup>. No entanto,

ao contrário da prática comum, eles têm feito uma campanha para que os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social, e da Saúde reconheçam tais doenças como decorrentes do processo de trabalho. Isto significa que o Estado deve ser responsável pela prestação de assistência médica aos trabalhadores e não o sindicato, o qual deve lutar por melhores salários e condições de trabalho, de acordo com os diretores deste sindicato.

Assim, os gastos deste sindicato estão relacionados com comunicação (jornais, panfletos, boletins, etc.) e educação. No entanto, para os diretores do SINDPD, educação significa a existência de cursos de curta duração relacionados com a história do sindicalismo e com problemas no local do trabalho com o intuito de preparar os trabalhadores para eventuais disputas trabalhistas. Eles também têm promovi-

10 Trabalhadores em processamento de dados de todo o país têm promovido encontros nacionais para discutir especificamente doenças ocupacionais neste setor. De acordo com um diretor do SINDPD (Entrevista, 28/08/1990), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que cada digitador não deve dar mais do que 8.000 toques por hora. No entanto, muitos empregadores obrigam os digitadores a darem 16.000 toques por hora, o que provoca várias doenças que afetam os tendões das mãos desses profissionais (Cf. *Informe Sindical*, 28/09-11/10/1987). Por outro lado, em uma inspeção feita pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho da DRT em Pernambuco juntamente com diretores do SINDPD em dezesseis firmas de vários tamanhos, foram encontrados os seguintes problemas que podem afetar a saúde dos trabalhadores: 1) cadeiras não-ajustáveis (treze firmas); 2) fiação elétrica exposta

do seminários para debater problemas de saúde causados no próprio processo de trabalho tal como referido acima. Mas, eles reconhecem que isto tem sido possível devido aos salários relativamente altos pagos neste setor. Assim, os processadores de dados são menos dependentes do sindicato em termos de assistência sócio-médica (Entrevista, 24/08/1990).

#### 4. Discussão e Conclusões

Os dados aqui apresentados e discutidos não provam claramente a tese de que quanto maior a "burocracia" sindical mais conservador seria o sindicato. Apesar do fato de os casos do SINDPD, do SINPRO, da APENOPE e do Sindicato dos Bancários darem forte evidência em relação a tal tese, os casos dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Urbanitários não a confirmam. Eu sugeriria que o nível de militância

(nove firmas); 3) ausência de arquivos (oito firmas); 4) falta de descanso para os pés (sete firmas); 5) falta de checagem periódica contra riscos ambientais (sete firmas); 6) mesas não ajustáveis (sete firmas); 7) mais de 8.000 toques por hora (seis firmas); 8) falta de exames médicos (cinco firmas); 9) intervalos irregulares para descanso (cinco firmas); 10) extintores de incêndio com prazo vencido (três firmas); 11) avaliação de desempenho baseado no número de toques (três firmas); 12) banheiros sem separação por sexo (duas firmas); 13) temperatura abaixo do limite permitido (duas firmas); 14) ausência de bebedouro (uma firma); 15) ausência de extintor de incêndio (uma firma); e 16) ausência da Comissão Interna Para Prevenção de Acidentes-CIPA (uma firma). (Fonte: *Relatório Técnico de Programa de Fiscalização*, 31/08/1990).

está mais relacionado com as crenças ideológicas e eventuais filiações partidárias dos diretores sindicais do que com o tamanho da "burocracia" sindical, sendo esta resultado destas crenças e não o contrário<sup>11</sup>.

Gonçalves (1984, p.29-30), por exemplo, sustenta um ponto de vista similar quando ele sugere que, apesar do fato de que o tamanho dos serviços assistenciais possa ser um bom indicador de uma prática conservadora, ele não pode ser considerado em termos absolutos como sinônimo de um sindicalismo conservador porque muitos *novos* sindicalistas têm tentado combinar práticas militantes com serviços assistenciais.

Os sindicalistas conservadores do Sindicato dos Bancários não estabeleceram primeiro uma grande "burocracia" e então tornaram-se conservadores. Na verdade, eles estabeleceram uma grande "burocracia" porque isto correspondia ao projeto deles de sindicalismo e seu papel na sociedade. A análise do jornal deste sindicato mostra que eles acreditavam que o papel principal que o sindicato deve exercer é prestar assistência sócio-médica aos seus filiados. Os casos dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Urbanitários mostram que os dirigentes sindicais vinculados ideo-

<sup>11</sup> Eu não estou esquecendo aqui o papel exercido pelo Estado na imposição do tamanho e da forma das "burocracias" sindicais. Eu estou tão somente tentando isolar as diferentes variáveis no sentido de clarificar o relacionamento entre elas. Assim, eu estou sugerindo que a ênfase no impacto negativo da "burocracia" sindical sobre o nível de militância pode estar sendo exagerado pelos críticos da "burocratização" dos sindicatos no Brasil.

logicamente à esquerda têm implementado uma ação mais militante nos seus sindicatos enquanto têm mantido ou mesmo aumentaram o tamanho dos serviços assistenciais. Eles estão dirigindo seus sindicatos há mais de dez anos e bem poderiam ter acabado com tais serviços. Fora os aspectos de "sabedoria" política e compromisso com relação aos interesses dos filiados em face das reivindicações vindas da base por melhor e maior assistência social, esses sindicalistas têm conseguido combinar estes dois aspectos opostos da vida sindical, embora seus sindicatos atualmente sejam mais conhecidos pelo seu papel militante do que pelos seus serviços sociais. Por outro lado, poder-se-ia especular acerca do fato de que no caso de dirigentes conservadores assumirem o poder ou no SINDPD, ou no SINPRO ou ainda na APENOPE, se eles se tornariam militantes por causa do pequeno tamanho da "burocracia" destas organizações. Certamente este não é o caso. O que parece mais provável de ocorrer é que tais sindicatos teriam suas "burocracias" para prestação de assistência social aumentadas dependendo naturalmente de suas situações financeiras.

O que procurei mostrar neste trabalho é que o impacto do aparato "burocrático" dos sindicatos sobre o seu nível de militância depende basicamente da ideologia dos dirigentes sindicais. Se um dado sindicato é mais ou menos conservador ou militante, isto depende da visão dos seus diretores acerca de qual o papel do sindicato na sociedade, em geral, e nas relações de trabalho, em particular. Assim, o impacto de grandes ou pequenas "burocracias" não deve ser visto a priori como sendo a causa de um

perfil conservador (no caso de um grande aparato "burocrático") ou de um perfil militante (no caso de um pequeno aparato burocrático").

## Referências Bibliográficas

ALVES, M.H.M.

1984 *Grassroots organizations, trade unions, and the church: a challenge to the controlled "abertura" in Brazil. Latin American Perspectives*. Newbury Park: Issue 40, 11 n.1 p.73-102.

1989 *Trade unions in Brazil: a search for autonomy and organization. In: EPSTEIN, E. C. (org.). Labor autonomy and the state in Latin America*. Boston: Unwin Hyman, p.39-72.

BLAU, P.

1975 *Organizaciones. In: ENCICLOPÉDIA Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguillar, v.7, p.469-74.

BRYM.R. 1980 *Intetlectuals and politics*.

London: Allen & Unwin.

CEAS.

1986 *Relatório de pesquisa sobre a categoria urbanitária do estado de Pernambuco*. Recife.

CEAS/FUNDAJ.

1989 *Perfil do movimento sindical urbano de Pernambuco*. Recife.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO.

1988 *Até chegar no Zé: contribuição à história dos metalúrgicos*. Recife.

CLEGG, H.

1976 *Trade unionism under collective bargaining: a theory based on comparisons of six countries*. Oxford:

Basil Blackwell.

CROUCH, C.

1982 *Trade unions: the logic of collective action*. London: Fontana.

ESCRITA ENSAIO.

1978 *Para onde vai o sindicalismo brasileiro*. [s.l.], n.4p.24-38.

GOLDEN.M.

1988 *Labor divided: austerity and working-class politics in contemporary Italy*. Ithaca: Cornell University

GONÇALVES, F.L.S.

1984 *Dependência financeira, assistencialismo e burocratização nos sindicatos brasileiros*. In: CEDEC. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis.Vozes/São Paulo: CEDEC, p.26-32.

HUMPHREY.J.

1979 *Auto workers and the working class in Brazil*. *Latin American Perspectives*. Newbury Park: Issue 23, v.6, n.4,p.71-89.

HYMAN.R.

1989 *The political economy of industrial relations*. London: Macmillan.

KECK, M.

1984 *Update on the Brazilian labor movement*. *Latin American Perspectives*. Newbury Park: Issue 40, v.11 n.1p.27-34.

1989 *The new unionism in the Brazilian transition*. In: STEPAN, A. (org.).

*Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. New York: Oxford University. p.252-296.

LINZ, J.

1975 *Robert Michels*. In: *ENCICLOPÉDIA Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguillar, v.7,p. 86-91.

LOWY.M.

1987 *A new type of party: the Brazilian PT*. *Latin American Perspectives*. Newbury Park: Issue 55, v.14, n.4 p.453-464.

MARTINS, H.H.T. de S.

1979 *O estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec

MICHELS, R.

1982 *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Ed.da UnB.

MOISÉS, J.A.

1979 *Current issues in the labor movement in Brazil*. *Latin American Perspectives*. Newbury Park: Issue 23, v.6, n.4p.51-70

SADER, E.

1988 *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SIMÃO.A.

1981 *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática.

SOUZA, E.G. de.

1981 *Sobre a questão do sindicalismo*. Recife: manuscrito.

WEBER.M.

1982 *Ensaio de sociologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar.